



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
Instituto de Ciência Política  
Curso de Bacharel em Ciência Política

**Quais os impactos da pandemia de COVID-19 na participação política do brasileiro?**

Fernanda de França Silvio

Brasília  
Julho/2023



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
Instituto de Ciência Política  
Curso de Bacharel em Ciência Política

## **Quais os impactos da pandemia de COVID-19 na participação política do brasileiro?**

Monografia apresentada ao Curso de Ciência Política, do Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política sob a orientação da professora Michelle Vieira Fernandez Oliveira.

Brasília  
Julho/2023

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela grande graça da vida e por me ensinar todos os dias que o meu valor e dignidade como pessoa perpassa qualquer ideia de sucesso acadêmico e financeiro. A vida e quem eu sou está muito além de títulos e aplausos, e isto tornou a minha vida mais profunda e leve.

Ao meu esposo Felipe de França, que nesta ousada jornada me encorajou e não hesitou diante das dificuldades em me apoiar e em todos os dias me lembrar que para cada ciclo é preciso viver com destemor do início ao fim. Nada disso teria sido possível se em suas atitudes diárias eu não pudesse me lembrar que a via do amor cura.

Ao meu filho José Miguel, ainda em meu ventre me fez companhia com os seus pequenos movimentos a cada dia que esta monografia era escrita com exaustão e afinco. A ele agradeço por me acompanhar e a exemplo do pai, “apenas” com a sua existência, a me encorajar a ir até o fim.

Aos meus pais Carlos José e Maria José, sem eles nada disso seria possível. Os pais são responsáveis pelo amor gratuito, mesmo sem receber nada em troca, ainda assim se dedicaram em me auxiliar de vários modos a trilhar o caminho universitário com perseverança e dedicação. A eles que não desistiram de mim, meus sinceros agradecimentos.

## RESUMO

O estudo aborda como a participação política do cidadão comum sofre alterações conforme as sociedades mudam. O objetivo do trabalho foi analisar os tipos de participação política existentes, as motivações e dificuldades para tal, elencar as possíveis influências que o período de pandemia da COVID-19 trouxe para o comportamento político do brasileiro e se foram capazes de modifica-lo. A abordagem utilizada foi a qualitativa por meio de análise de conteúdos bibliográficos, tendo por base a literatura política. Os resultados desta pesquisa demonstraram que tanto o benefício como o custo para uma pessoa participar da política não são estáveis, por isso a pandemia foi crucial e tornou visível, principalmente através das redes sociais, a diferença de dois grandes grupos de eleitores: os petistas e os bolsonaristas. Cada um deles lidou com a pandemia e com a própria preservação da vida conforme as suas posições políticas, e isto gerou novas formas de participação política como a dos ciberativistas e a nova teledemocracia, por exemplo. Sendo assim, conclui-se que após a pandemia o brasileiro está menos apático politicamente, novos agentes políticos, de diferentes tipos, surgiram e que por isso os próprios políticos eleitos precisaram modificar as suas abordagens para lidar com o novo e exigente eleitorado.

**Palavras-Chave:** Participação Política; Impacto; COVID-19; Brasileiro.

## RESUMEN

El estudio aborda cómo cambia la participación política de los ciudadanos comunes a medida que cambian las sociedades. El objetivo del trabajo fue analizar los tipos de participación política existentes, las motivaciones y dificultades para ello, enumerar las posibles influencias que el período de la pandemia de la COVID-19 trajo al comportamiento político de los brasileños y si lograron modificarlo. El enfoque utilizado fue cualitativo, a través del análisis de contenidos bibliográficos, a partir de la literatura política. Los resultados de esta encuesta mostraron que tanto el beneficio como el costo para que una persona participe en la política no son estables, por lo que la pandemia fue crucial e hizo evidente, principalmente a través de las redes sociales, la diferencia entre dos grandes grupos de votantes: los simpatizantes del Partido de los Trabajadores y los bolsonaristas. Cada uno de ellos se ocupó de la pandemia y de la preservación de la vida según sus posiciones políticas, generando nuevas formas de participación política como los cyberactivistas y la nueva teledemocracia, por ejemplo. Por lo tanto, se concluye que después de la pandemia, los brasileños están menos apáticos políticamente, surgieron nuevos agentes políticos, de diferentes tipos y, por ello, los propios políticos elegidos necesitaron modificar sus enfoques para lidiar con el nuevo y exigente electorado.

**Palabras-clave:** Participación Política; Impacto; COVID-19; Brasileño.

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 01** - Crítica às prioridades do Presidente Bolsonaro durante a pandemia.....26
- Figura 02** - Bolsonaro minimiza a gravidade da COVID-19.....27

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01</b> - Principais <i>fake News</i> propagadas nas redes sociais: WhatsApp, Facebook e Instagram .....	23
<b>Quadro 02</b> - Óbitos pela COVID-19.....	31

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	12
2.1 As mudanças na sociedade alteram as formas de participação política .....	15
2.2 Ciberativismo e a teledemocracia.....	17
<b>3 COVID-19 E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA</b> .....	21
3.1 COVID-19 e as fake news .....	21
3.2 COVID-19 e os ciberativistas .....	24
3.3 COVID-19 e as consequências na identidade política.....	28
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	33
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	35



## 1. INTRODUÇÃO

A participação política é definida como as diversas maneiras que o cidadão comum pode exercer seus direitos políticos em um governo democrático, maneiras estas que são capazes de influenciar direta ou indiretamente todo o contexto de um país.

A forma mais conhecida e difundida de participação política é o voto para eleger os futuros representantes de cada região, até mesmo naqueles lugares em que o voto não é considerado como obrigatório torna-se crucial os incentivos para que os eleitores votem e assim os novos políticos sejam escolhidos de modo efetivo.

Contudo, uma sociedade é composta de diversos tipos de comunidades e em cada uma delas existem necessidades específicas, por isso, quando tratamos sobre o assunto relacionado a participação política é possível identificar que existem realidades nas quais é inviável o compromisso com assuntos de ordem pública, por consequência o interesse por estes também é reduzido, enquanto que para outros o acesso e a motivação para manifestar-se politicamente é maior.

Ao levar em consideração a importância da participação política de cada cidadão e o que é capaz de comprometê-lo a cerca destes assuntos, é possível identificar que existem mudanças tão significativas dentro de uma sociedade que são capazes de alterar a vida do maior número de grupos e quiçá de países, por exemplo. No que diz respeito as sociedades democráticas existem mudanças que podem gerar uma ruptura com a antiga forma de fazer política dos eleitos e a atual maneira de expor e reivindicar as opiniões políticas dos cidadãos para além das eleições.

O Brasil entre os anos de 2019 e 2023 sofreu com a pandemia do coronavírus, tal vírus foi responsável por inúmeras mortes no mundo inteiro e impactou a vida de milhares de pessoas. Dentro dos estudos da ciência política é importante analisar como esse fenômeno atingiu a população também através das decisões dos seus governantes. Uma vez que uma pandemia não é coordenada e controlada apenas por agentes de saúde, mas inclusive por políticos e seus interesses.

Sendo assim, este estudo pretende refletir sobre a problemática que envolve a seguinte pergunta: Quais os impactos da pandemia da COVID-19 na participação política do brasileiro?

Portanto, para realizar este estudo conceitos de importantes autores da ciência política foram reunidos afim de tentar explicar e compreender a dinâmica e a complexidade da participação política do cidadão, estudos sobre o tema e análises do cenário pandêmico (COVID-19) foram acoplados neste trabalho para exemplificar as possíveis mudanças de comportamento que ocorreram.

O objetivo central é apresentar a pandemia como um tipo de mudança considerável na sociedade brasileira que trouxe consigo os mais variados efeitos tanto na vida privada das pessoas como no coletivo de modo geral, mas que no âmbito da política tornou-se uma situação capaz de alterar, aliado a outros fatores, a maneira de conceber e manifestar-se politicamente.

Além disso outro objetivo importante é tentativa de conceituar a participação política, os seus fundamentos legais, a garantia para que seja exercida segundo as possibilidades existentes em uma nação democrática e por fim destacar a influência maciça da internet e suas tecnologias em situações adversas e inesperadas como a que ocorreu quando surgiu o estado de pandemia no Brasil.

O referido assunto é importante para a sociedade de forma geral para que as pessoas possam ter ciência que o seu direito político pode e deve continuar após o momento eleitoral, mas antes é imprescindível que cada um observe o quanto as decisões políticas interferem na nossa vida privada independente da dimensão das mudanças que alcançam a todos direta ou indiretamente.

O intuito científico deste estudo é que os dados e as informações compiladas nele possam acentuar ainda mais a importância de que as pesquisas acerca do que é a participação política e como pode ser exercida, continuem sendo desenvolvidas com afinco, uma vez que a definição deste tema não é imutável e acompanha as modificações das novas realidades e complexidades de cada sociedade.

Para a comunidade acadêmica o trabalho tem por finalidade apresentar de forma didática como o conceito de participação política desenvolveu-se ao longo dos anos e dos acontecimentos, deste modo fomentar nos futuros profissionais da ciência política a importância de também dar atenção ao que acontece fora das instituições políticas, mas que podem altera-las em determinada medida.

O trabalho será dividido em duas partes. A primeira apresentará os conceitos legais e clássicos sobre participação política, afim de nortear melhor os capítulos seguintes, será descrito ainda quais foram as mudanças mais significativas que

ocorreram no mundo para que novas formas de participar e fazer política pudessem ser criadas e executadas por mais pessoas do que normalmente é esperado.

Quanto a segunda parte, será conceituado e analisado o contexto da pandemia da COVID-19 como exemplo central da mudança comportamental e das preferências políticas dos brasileiros.

Será possível identificar após as análises desenvolvidas neste trabalho como a crise não foi apenas a nível sanitário, mas político, tanto entre os próprios eleitos como entre os cidadãos brasileiros. A pandemia trouxe um período de intensa informação para além dos meios convencionais como rádios, TV e jornais. O acesso mais rápido às decisões políticas teve um alcance maior para a população de modo geral, e com a ajuda das redes sociais diversas opiniões sobre estas decisões tiveram espaço no dia a dia dos eleitos que puderam ponderar se às suas preferências políticas permaneceriam as mesmas após as situações precárias nos hospitais, os óbitos frequentes, e a alteração na dinâmica da vida profissional.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para que seja possível abordar o tema com maior propriedade é necessário discorrer sobre o estudo e as definições de participação política, conforme descrito na Constituição Brasileira de 1988. Por tratar-se de um tema que passa por constantes modificações, de acordo com as alterações que ocorrem com frequência nas sociedades, será analisado conceitos de autores específicos e enfatizado o impacto de cada uma delas nas formas de participação política.

O Brasil possui em sua constituição de 1988 a definição da importância da sua população de exercer o seu direito de participação política, como no artigo I, parágrafo único que diz: “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Ainda no texto da Constituição é possível identificar como este direito pode ser exercido:

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:  
I - plebiscito;  
II - referendo;  
III - iniciativa popular.

Ao mesmo tempo que o direito ao voto denota um certo tipo de poder que está diretamente ligado à população brasileira, ela também é constituída por uma obrigação, que caso não seja cumprida pelos eleitores, estes serão penalizados de diversas formas. Ou seja, para que o Estado Democrático de Direito funcione no Brasil far-se-á necessário a participação política por meio do voto em cada novo ciclo de eleições.

Deste modo a participação política do brasileiro será sempre incentivada a ser exercida porque está determinada nos seus direitos e deveres de cidadão brasileiro, o que não restringe a sua participação de outras maneiras que não estão listadas em forma de lei.

Para alguns estudiosos sobre participação política é possível identificar maneiras diversas que um cidadão poderá engajar-se nos assuntos de interesse público, para além do voto, da mesma maneira que também são capazes de listar o que os motiva para que esta participação não ocorra.

De acordo com Milbrath (1965) citado por Borba (2012, p. 266):

Os comportamentos participativos ocorreriam no seguinte continuum, em termos de custos e complexidade: 1) expor-se a solicitações políticas; 2) votar; 3) participar de uma discussão política; 4) tentar convencer alguém a votar de determinado modo; 5) usar um distintivo político; 6) fazer contato com funcionários públicos; 7) contribuir com dinheiro a um partido ou candidato; 8) assistir a um comício ou assembleia; 9) dedicar-se a uma campanha política; 10) ser membro ativo de um partido político; 11) participar de reuniões onde se tomam decisões políticas; 12) solicitar contribuições em dinheiro para causas políticas; 13) candidatar-se a um cargo eletivo; 14) ocupar cargos públicos.

A participação política segundo Milbrath (1965) possuem várias ramificações que são suficientes para realizar um envolvimento político de ampla expansão para o cidadão que deseja dedicar-se aos assuntos debatidos na esfera política, de tal modo que o levará a fazer parte das estratégias desenhadas para que os interesses dos seus governantes e supostamente os seus também sejam concretizados no decorrer do mandato.

Este tipo de cidadão é muito importante para os políticos, pois são eles que dão certa credibilidade para as pautas de campanha eleitoral porque conseguem acessar com maior facilidade aqueles eleitores mais apáticos politicamente e convencê-los que determinado candidato possui a melhor proposta e maior capacidade de cumpri-la.

Outro importante autor que também classifica a participação política de maneira ampla é De La Fuente citado por Gorczewski e Martin (2018, p. 155-156):

De La Fuente, seguindo lição de Anduiza e Bosch reconhece cinco formas de participação política: 1) Participação eleitoral: o simples ato de votar, quer em eleições, *referendum* ou plebiscito; 2) Participação em campanhas: participar ativamente em campanhas eleitorais (trabalhando para um partido e/ou candidato, financiando, distribuindo bottons, cartazes e “santinhos”, visitando residências e/ou empresas na tentativa de convencer as pessoas a votar de determinada maneira, etc.); 3) Participação em organizações políticas: ser membro ativo e/ou participar das atividades de um partido ou grupo, associação ou qualquer plataforma de caráter político (sindicato, organização ecológicas, pacifistas, pró-direitos humanos, grupos feministas, etc.) A definição inclui apresentar-se como pré-candidato a cargos da própria organização ou como candidato a um posto eletivo institucional, excluindo-se expressamente o desempenho de cargos públicos; 4) Participação-contato: contatar diretamente com os representantes políticos e/ou os meios de comunicação, sobre questões públicas (pedir audiência ou entrevistas, mandar mensagens, cartas, telefonar aos jornais, etc.); 5) Participação-protesto: expressar rechaço a uma determinada situação ou circunstância política (participar de manifestações, boicotar determinados

produtos e/ou empresas por razões políticas, ocupar prédios, fazer passeatas, bloquear o trânsito, etc.).

Aqui o autor destaca um tipo de participação que é bastante identificada na realidade brasileira que é a participação em organizações políticas, um exemplo fácil de ser notado é a presença desses grupos dentro das universidades federais espalhadas pelo país. A existência de movimentos organizados politicamente nesse ambiente gera um estado de atenção constante aos assuntos que estão em destaque na política atual, isto é possível porque existe a promoção de rodas de conversa, assembleias, mobilização e passeatas em prol dos interesses destes grupos.

Nesta definição de De La Fuente citado por Gorczewski e Martin (2018) pode-se inferir que a participação política pode começar com o ato de votar, mas todas as outras estão intrinsecamente ligadas a primeira porque são capazes de dar legitimidade aos assuntos de seus interesses e até mesmo modificar um possível cenário de estabilidade política.

Gorczewski e Martin (2018, p.156) possuem uma narrativa que enfatiza a participação política como algo que deveria estar intimamente ligado com o sentimento de cidadania presente em todo tipo de sociedade:

Em resumo: O âmbito político é aquele de todas as iniciativas que buscam o futuro bem-estar de um povo e sua gestão deve ser incumbência de toda sociedade organizada, daqueles que possuem autoridade e daqueles que não a possuem, pois, como diz Fernández-Largo, “todos devem ser elementos ativos na promoção do bem comum”. Assevera que no próprio conceito de pessoa humana está incluída a condição de ser membro ativo de uma sociedade que deve, em qualquer circunstância, ser personalizada e personalizadora.

De acordo com a colocação dos dois autores é possível afirmar que aquele cidadão que não cumpre com o seu direito e até mesmo seu dever de participar das questões políticas em certa medida prejudica o bem-estar de toda a sua comunidade. Uma vez que as decisões políticas interferem diretamente no dia a dia de qualquer pessoa, pois cada uma delas precisam estar em consonância com as necessidades e preferências do seu público, justamente porque existem para servi-la.

Em contrapartida aos autores citados existe uma linha de estudo sobre participação política que abordam justamente os motivos pelos quais as pessoas não

desejam envolver-se com assuntos públicos ou não o fazem até que seja provado que existirá mais ganhos do que perdas.

Hirschman (1993), em sua obra intitulada, “De consumidor a cidadão: atividades privadas e participação na vida pública” (1993), apresenta o aspecto da realização pessoal no que diz respeito a participação política do cidadão comum. O autor menciona que a participação demasiada na esfera pública poderá gerar desconforto e decepção, uma vez que o indivíduo será impelido de dispor do seu tempo mais do que imaginava, reduzindo as suas atividades privadas que também lhe causam satisfação por uma luta que poderá ter resultados desfavoráveis ao seu objetivo. Hirschman denomina como “efeito do impacto” que significa o “exagero dos benefícios e subestimação dos custos da ação” (Hirschman, 1993, p.87).

Aqueles que não optam por vivenciar a busca da felicidade no campo da esfera pública são considerados como “caronas”, pois não exercem de forma assídua e direta a sua participação política, apenas sofrem as consequências da participação de terceiros. Isto ocorre devido a vários fatores, mas um deles que o autor expõe no texto, é o fato dos cidadãos escolherem o comodismo da vida privada. Acreditam que a política não é passível de mudança, sendo o voto a única forma de exercer esse poder de escolha e opinião, evitando a participação política. O autor afirma que “o voto é a instituição política central da moderna democracia” (HIRSCHMAN, 1993, p.112). Porém, nestes dois aspectos o autor enfatiza que a participação política também não se resume ao voto.

## **2.1 As mudanças na sociedade alteram as formas de participação política**

O surgimento da internet possibilitou inúmeras mudanças no comportamento dos indivíduos no que diz respeito por exemplo a aspectos sociais, econômicos e não seria diferente, com a maneira pela qual concebemos e temos acesso a participação política.

Gorczewsk e Martin, em seu livro “Cidadania, Democracia e Participação Política: os desafios do século XXI” (2018, p. 94), afirmam que:

As possibilidades que a internet e as redes abriram para que os cidadãos possam participar na tomada de decisões, direta ou indiretamente – a renovação dos métodos tradicionais de mobilização da opinião pública, de atuação dos meios de comunicação e do papel dos políticos – permitiu que os cidadãos se sintam partícipes ativos, dando lugar a uma nova modalidade de cidadão, o ‘cibercidadão’.

Esta nova definição traz consigo uma excelente maneira de explicar como a tecnologia virtual modificou a democracia, a cidadania e o fazer política. Apresentou para uma ampla parte da população, que até então estava alheia aos mais diversos assuntos que circundam a política, possibilidades menos dispendiosas em relação ao esforço físico de deslocar-se da própria residência para tratar dos assuntos da esfera pública e sendo até mesmo mais eficaz, uma vez que é possível gerar mobilização em massa com apenas trocas de informações no meio virtual.

Desta forma os cidadãos continuam a exercer o seu direito de participação mediante a incentivos, mesmo que estes não fiquem claros inicialmente, além de agir a partir do que lhes possam trazer mais benefícios do que custos, e a internet favorece esse tipo de prática entre os novos e antigos agentes políticos.

Um importante exemplo desta significativa alteração que a tecnologia trouxe através da internet por meio do uso das redes sociais foi o que a publicação denominada “Ação política na internet na era das redes sociais”, escrita pelos autores Junior e Penteado (2019, p. 110) afirma: “As redes sociais já haviam mostrado sua relevância no campo político desde a campanha eleitoral de Obama em 2008 (BIMBER, 2014)”. Isto demonstra o quanto as manobras políticas nas campanhas eleitorais também foram atingidas e modificadas no seu modo de agir, para além disso destaca-se também o quanto a apatia por parte do cidadão sofreu alteração com essa nova possibilidade de adquirir informações políticas e até mesmo influenciá-las, como descrevem Junior e Penteado (2019, p. 110):

Com o passar dos anos, adquiriram maior centralidade e abrangência, atuando na mobilização política e na produção de narrativas e discursos políticos, expressando as disputas ideológicas da política contemporânea e mobilizando cidadãos menos ativos (ANDUIZA et al., 2014). A ação pelas redes sociais também esteve presente nas mobilizações políticas a favor e contra o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2015 e 2016 (PENTEADO & GUERBALI, 2016). Outro exemplo foram as campanhas presidenciais de Donald Trump em 2016 e de Jair Bolsonaro em 2018, nas quais a comunicação nas redes sociais tiveram centralidade no resultado, além da proliferação de desinformação e *fake news* como estratégia eleitoral para comunidades ideológicas nas mídias sociais na campanha de Trump (ALLCOTT & GENTZKOW, 2017; IASULAITIS & VIEIRA, 2019) e do uso eficiente do impulsionamento de desinformações, sobretudo através do WhatsApp, na campanha brasileira de 2018 (Dos Santos et al., 2019).

Os autores no trecho citado apresentam três importantes aspectos da influência virtual no campo político: a participação política em maior escala, a capacidade de modificar o voto da sociedade em eleições presidenciais conforme o engajamento dos



agentes políticos nas redes sociais, nos meios de comunicação virtuais, e o aspecto das falsas informações que foram amplamente difundidas nas campanhas eleitorais como manobra política.

Outras consequências do uso das redes sociais é a diversa regulação existente na internet, mas que ainda assim faz com que os benefícios advindos dela sejam significativos e capazes de fazer com o que o indivíduo continue exercendo seu papel de agente político e contribuindo para o engajamento em massa dos assuntos que irão impactar futuramente possíveis eleições.

A participação em redes sociais (*online* e *offline*) potencializa a capacidade para mobilizar recursos e construir oportunidades e restrições para seus participantes. Contudo, a participação nessas redes também condiciona as práticas de seus membros. Ao participar de uma rede, o usuário tem acesso aos recursos disponíveis (visibilidade e capital social), ao mesmo tempo que tem seu comportamento regulado pelos mecanismos de interação existentes da rede (Portugal, 2007). Nesse sentido, podemos dizer que as redes sociais de internet operam dentro de uma lógica do poder de redes. A participação em uma rede social está associada aos benefícios que os seus membros esperam obter. (JUNIOR e PENTEADO, 2019, p. 112)

Desta forma aqueles cidadãos que antes poderiam ser considerados como “caronas”, termo utilizado por Hirschman (1993), com o avanço tecnológico e virtual tornaram-se agentes políticos capazes de não apenas opinar sobre os desdobramentos políticos, mas de alterar preferências e até mesmo mobilizar outros eleitores apáticos.

## **2.2 Ciberativismo e a teledemocracia**

Existe um trabalho que também foi potencializado com a facilidade de apresentar opiniões a mais pessoas pelo meio virtual, o dos ativistas políticos. As redes sociais operam como um grande veículo de informação que é capaz de alcançar pessoas fora do nicho dos ativistas, o que seria extremamente difícil em outros tempos, sendo assim uma nova definição surgiu para classificar estes atores, o ciberativismo:

As ações de ciberativismo operam nas quatro matrizes apontadas neste artigo. Pela perspectiva liberal, as redes sociais permitem que os próprios grupos de ativistas produzam seus conteúdos e desenvolvam suas estratégias de comunicação, além de serem uma importante ferramenta de divulgação de informações sem filtros institucionais. As plataformas de redes

sociais também operam, dentro de um viés republicano, como espaço para a mobilização e organização de atos de protestos (CASTELLS, 2017) ou para divulgarem suas mensagens, interagirem e mobilizarem simpatizantes de suas causas (LYCARIÃO & SAMPAIO, 2010). Há também ações combinadas entre perfis de associações cívicas, movimentos sociais e perfis ativistas, promovendo grandes mobilizações nas redes (OLIVEIRA et al., 2020). Atualmente, as redes sociais são os principais espaços nos quais os ativistas divulgam suas ideias e organizam suas ações, o que os permite participar do debate dentro de uma esfera pública interconectada (BENKLER, 2006), dentro da visão tripartite (Estado, Mercado e Sociedade) de Cohen & Arato (1994) de pressão sobre o sistema político, associada à matriz deliberacionista. Organizações e coletivos sociais também utilizam as redes sociais para influenciar o processo de políticas públicas, como mostram os estudos de Penteado et al. (2014). As redes sociais de internet ainda possibilitam que cada usuário seja um potencial ativista (UGARTE, 2008), pois um usuário comum, com poucos seguidores, pode ter seu conteúdo compartilhado por milhares de outros usuários, alcançando alto grau de centralidade em determinados contextos políticos. (JUNIOR; PENTEADO, 2019, p. 115-116)

O ativista que antes estava nas ruas entregando panfletos informativos e motivadores para reuniões, passeatas e denunciando certas ações que compreendiam estarem equivocadas agora estão perpetuando as suas ideologias como ciberativistas, como bem mencionou Junior e Penteado no trecho citado acima, a pressão política que eles provocam atualmente pode possuir uma amplitude totalmente nova.

Como as informações sobre as ações dos políticos eleitos circulam com maior rapidez e entregam para o maior número de pessoas de diversas classes sociais é possível fazer contato com grupos diferentes e colocar em prática de forma constante o ciberativismo através de encontros virtuais como lives ou até mesmo criar grupos de conversação em aplicativos para organizarem-se e formar passeatas, por exemplo.

Quanto teledemocracia é um termo apresentado por Gorczewsk e Martin (2018, p. 94) como “uma modalidade de exercício democrático renovada: a teledemocracia, que poderia definir-se como a projeção das novas tecnologias nos processos de participação política das sociedades democráticas.”

Pode-se inferir que a democracia em si não sofreu alterações, porém a forma como exercê-la foi renovada e com isso possibilitou o debate entre governantes e cidadãos, que agora são capazes de promover encontros com o maior número de pessoas e até mesmo de ouvi-las usando ferramentas práticas dentro das redes sociais nos momentos de interação.

O governo brasileiro a par deste novo tempo tecnológico em 2009 criou a plataforma chamada e-democracia que é definida pelo próprio website como: “uma

plataforma modular que agrega mecanismos de participação com diferentes processos participativos (*online/offline*, livre/estruturado) e níveis de complexidade. Cada organização pode escolher quais ferramentas adotar.”

O resultado dessas formas de participação gera formas de identificar a opinião popular sobre determinado assunto, mas o mapeamento desses dados requer sistemas apropriados e inteligentes. Diante de tantas modificações é importante mencionar que estudiosos se debruçaram para entender e teorizar toda essa mudança, afim de tentar entender, classificar e mensurar possíveis obstáculos. Junior e Penteado (2019, p.111-112) explicam, através de outros autores as linhas teóricas utilizadas para facilitar a compreensão da influência da internet:

Como apontam Gomes e Maia (2008), os estudos de Internet e Política se constituíram a partir de 3 grandes matrizes teóricas: a matriz liberal, a republicana e a deliberativa. A abordagem liberal privilegia o uso das tecnologias da informação na defesa dos direitos e liberdades dos indivíduos. Na tradição republicana, os estudos são voltados para o emprego das TICs como forma de ampliar a participação cidadã no debate político. A linha deliberacionista, influenciada pela leitura habermasiana, argumenta que os canais da internet são pensados como espaços para a constituição de uma esfera pública, na qual os usuários podem usar as ferramentas de interação para promover a deliberação. Entendemos, todavia, que para a incorporação da análise das plataformas de redes sociais é necessário inserir uma quarta matriz teórica, a sociotécnica. A abordagem sociotécnica, com grande influência dentro do campo dos estudos sociais da ciência, está associada aos aspectos da influência dos algoritmos e das configurações técnicas das plataformas que podem levar à formação de filtros bolhas (Pariser, 2011) e processos de modulação algorítmica (SILVEIRA, 2019). Também pode-se destacar na abordagem sociotécnica o uso de algoritmos e inteligência artificial em processos de vigilância por meio de técnicas de *Big Data* (O'NEIL, 2016) e o desenvolvimento de uma governamentalidade algorítmica (ROUVROY, 2015).

Agora os líderes políticos, através dos algoritmos encontrados na internet e das redes sociais, por exemplo, conseguem ter uma visão das preferências do eleitorado e determinar novas diretrizes nas ações políticas. A exemplo do sistema do e-democracia foi possível criar dois projetos de lei após os encontros proporcionados pela fermenta e o cruzamento de dados, estes projetos de lei são sobre: a Política de Mudança de Clima e o Estatuto da Juventude.

A troca de informações e a realização de perfis do eleitorado a partir desses dados é possível influenciar diretamente nas ações dos políticos eleitos, isto pode ser considerado como algo positivo ou apenas estratégico. Mas o que é notório é que

aqueles que não fazem uso desses dados podem perder oportunidades cruciais para desenvolver suas políticas de governo.

Em outro estudo (Penteado et al., 2011), foi possível identificar uma tipologia com cinco tipos de ação política: a) informações políticas; b) governo eletrônico; c) esfera pública; d) (ciber)ativismo; e e) comunicação política. Em todos esses cinco tipos de ação política é possível identificar a influência das redes sociais de internet. Contudo, é importante incorporar um sexto tipo, associado à abordagem sociotécnica (mas com interfaces com outras matrizes): a tecnopolítica. Esse tipo de ação política está associado às características tecnológicas do funcionamento das plataformas de redes sociais, onde há um ambiente de abundância de informações produzido por redes distribuídas (Benkler, 2006), assim como o processo de modulação e mediação dos algoritmos das plataformas, que podem restringir ou impulsionar o fluxo de informação, que influencia (direta ou indiretamente) processos políticos que vão desde o ativismo de multidões, às próprias campanhas eleitorais. (JUNIOR; PENTEADO, 2019, p. 112)

A capacidade de alteração política é alta através desses dados e é possível até mesmo contextualizar esta informação, citando Junior e Penteado (2019, p 116) quando dizem que “As redes podem ser utilizadas para a mobilização política e arrecadação de recursos, como as vitoriosas campanhas de Obama nas eleições nos EUA 2008 (GOMES et al., 2009), e para a disseminação de fake news e sua utilização como estratégia de campanha nos EUA e Brasil” (ALLCOTT & GENTZKOW, 2017; VISCARDI, 2020).

### **3. COVID-19 E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

Segundo a Organização Mundial da Saúde para que a presença de uma determinada doença seja classificada como uma pandemia é necessário que seja identificado uma transmissão de pessoa pra pessoa em âmbito mundial, diferente de um surto que tende a concentrar-se apenas em uma região.

Com o surgimento do coronavírus não foi diferente, de acordo com o website da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) “em 11 de março do ano de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia”.

Segundo o Ministério da Saúde (2021): “A COVID-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global.”

Os sintomas da coronavírus confundem-se com a de outras doenças que estamos mais familiarizados e que temos recursos de controle como é o caso da gripe. Mas na COVID-19 a febre, falta de ar e tosse, por exemplo, na maior parte das vezes tinham um nível muito maior de incômodo para o infectado, de tal modo que se não fosse cuidada assim que percebida poderia levar a internação e até mesmo ao óbito. Ou seja, a atenção redobrada para a transmissão e agora a gravidade da doença também foi percebida mundialmente.

#### **3.1 COVID-19 e as fake news**

Não foi apenas a internet, as redes sociais e a tecnologia que modificaram o cenário de governança e de participação política. Como foi dito anteriormente os acontecimentos na sociedade de forma geral alteram diretamente o jogo político na maior parte das suas dimensões. As consequências da pandemia da COVID-19 como fator de dimensão global adentraram a vida pública e principalmente a vida privada das pessoas seja em maior ou menor grau, todos foram afetados por este vírus até então desconhecido.

Ao mesmo tempo que os sintomas se alastravam nos países, as informações circulavam com maior facilidade e agilidade, bem como as falsas notícias, que também tiveram um lugar de destaque, tornando-se um desafio de grande porte para os políticos eleitos. Essa característica de difusão de informações falsas foi identificada

em um maior grau nas redes sociais como é descrita por Junior e Penteadó (2019, p. 118):

O uso dessas redes nas práticas políticas produz importantes alterações no jogo político contemporâneo. Esse processo origina o que Rasmussen (2013) vai chamar de um “paradoxo democrático”, pois se de um lado torna a estrutura de comunicação mais aberta e democrática para a participação ativa de milhões de usuários conectados por seus aparelhos celulares, por outro lado, dificulta a formação de consensos necessários para o funcionamento da democracia liberal. Assim, ao mesmo tempo em que abre espaços para a participação ativa da sociedade civil nos processos políticos (SHIRKY, 2011), por outro lado contribui para a fragmentação social, formação de câmaras de eco, disseminação de *fake news* e desinformação, o que abre espaço para o crescimento de um populismo autoritário que se articula politicamente pelo uso eficiente das redes (CASTELLS, 2018; GERBAUDO 2018)

As fakes News foi tema de importantes debates ao longo dos anos de pandemia da COVID-19, pois os chefes de estado precisaram tomar decisões importantes que tinham como objetivo reduzir o contágio da doença, porém a propagação das notícias mentirosas foi tão elevada que também coube aos representantes em questão tomarem atitudes legais para minimizar os efeitos deste problema. O artigo Fato ou Fake? Uma análise da desinformação frente à pandemia da COVID-19 no Brasil (2020, p. 4203) discorre sobre a gravidade desta situação:

Um excesso de notícias falsas velozmente disseminadas revela uma inquietante perda de confiança em instituições antes conhecidas por apresentar e representar a verdade dos fatos: a imprensa, a ciência e as elites intelectuais em geral. Os dois termos, fake news e pós-verdade caminham juntos. No caso concreto da vivência social em tempos de Covid-19, acontece a combinação mais perigosa dos dois termos, pois as informações e orientações que contrariam o conhecimento científico disseminam o medo e até a prática de charlatanices, aumentando as chances de avanço da infecção e de mortes.

As consequências são drásticas como dito acima, a rápida circulação dessas informações controversas dificultou também na padronização e cumprimento das normas de prevenção da doença, uma vez que no Brasil houve uma grande discussão sobre a seriedade da procedência das vacinas e em que medida elas eram capazes de trazer uma proteção sem riscos adversos para a saúde. Segundo o quadro abaixo é possível observar em percentuais o grau elevado de fake news durante a pandemia (GALHARDI et al.,2020, p. 4205):

## QUADRO 1

**Tabela 1** - Principais *fake News* propagadas nas redes sociais: WhatsApp, Facebook e Instagram (17 de março de 10 de abril de 2020)

<b>Fake News</b>	<b>Total</b>
Métodos caseiros para prevenir o contágio da Covid-19	65%
Métodos caseiros para curar a Covid-19 Golpes bancários	5,7%
Golpes/arrecadações – instituições pesquisa	5%
A Covid-19 é uma estratégia política	4,3%
Total	100%

**Fonte:** Fato ou Fake? Uma análise da desinformação frente à pandemia da COVID-19 no Brasil

Para os autores do referido artigo existiu uma quantidade massiva de pessoas que acreditaram nas notícias mentirosas difundidas durante o período pandêmico e demonstram a seguir o quanto isto tornou o trabalho de redução do vírus ainda mais difícil (GALHARDI et al.,2020, p. 4205):

As notícias falsas disseminadas pelas plataformas digitais relacionadas ao SARS-CoV-2 podem influenciar o comportamento da população e colocar em risco a adesão do cidadão aos cuidados cientificamente comprovados. Os dados quantitativos desta investigação comprovam que a disseminação de falsas notícias sobre cura e prevenção, sem nenhum embasamento científico, são produzidas ou por ignorância ou com a intenção de desinformar e induzir o cidadão a cometer erros nas decisões pessoais e cuidados com sua saúde. Num cenário pandêmico, isso é ainda mais perigoso, pois pesquisas mostram que 110 milhões de brasileiros acreditam em notícias falsas sobre a Covid-19.

Mas não foi apenas as redes sociais que disseminaram tais notícias, existe um grupo político, além de uma parte da sociedade, que acredita veemente que tanto as eleições presidenciais como as declarações que o Presidente da República em exercício durante os anos da pandemia, Jair Messias Bolsonaro, foram permeadas por fakes News. A exemplo disto o artigo Fato ou Fake? Uma análise da desinformação frente à pandemia da COVID-19 no Brasil discorre o seguinte (GALHARDI et al.,2020, p. 4203):

A disseminação de notícias falsas alcançou também as eleições presidenciais no Brasil, quando a extrema direita supostamente conseguiu, graças ao poder viral das redes sociais, subverter a já combalida democracia nacional. O assunto, aqui no país, segue investigado em plena pandemia: a CPI das fake news disputa o noticiário com o novo coronavírus.

As críticas ao Presidente da República também cresceram exponencialmente, uma vez que era atribuído às suas falas conotações que podem ser consideradas como ironia, indiferença, deboche e até mesmo falsas informações como o compilado que segue abaixo retirado do website poder 360 (QUEIROZ, 2022):

- ♦ **“19 de maio – “Cloroquina” e “Tubaína” – 17.971 mortes**  
Bolsonaro fez 1 trocadilho, durante entrevista ao jornalista e blogueiro Magno Martins, ao aconselhar que pessoas identificadas com a direita usem a cloroquina, enquanto os de esquerda devem “tomar tubaína”.
- ♦ **17 de dezembro – “Se tomar vacina e virar jacaré não tenho nada a ver com isso” – 184.827 mortes**

Na ocasião, o presidente voltou a afirmar que é contrário à vacinação obrigatória contra COVID-19. Se referindo à vacina da Pfizer, disse que o contrato da farmacêutica é claro na parte em que a empresa não se responsabiliza por possíveis efeitos colaterais causados pelo imunizante. “Se você virar um jacaré, problema de você [*sic*]. Se você virar super-homem, se nascer barba em alguma mulher aí ou algum homem começar a falar fino, eles não vão ter nada a ver com isso. O que é pior: mexer no sistema imunológico das pessoas” (QUEIROZ, 2022), afirmou.

Todas essas informações geraram desconforto e tensionamento político durante o mandato do ex-Presidente e enquanto o país tentava superar e combater o vírus da COVID-19.

### **3.2 COVID-19 e os ciberativistas**

A COVID-19 foi utilizado por grupos de ciberativistas, como dito anteriormente, é uma nova forma de participação política diante do avanço tecnológico e a presença das redes sociais, a pandemia tornou-se assunto central para manifestarem suas opiniões e mobilizarem as demais pessoas, até então dispersas da dinâmica política do país. Estes ciberativistas identificaram nos deputados eleitos, prefeitos e governadores quais eram aqueles que estavam propondo e submetendo a população a medidas de prevenção consideradas sérias ou displicentes a nível da manutenção da saúde e do poder econômico.



Para Couto e Teixeira, no artigo intitulado, “Práticas Ciberativistas na Pandemia: Quando a rede mobiliza os atos de resistência à necropolítica”, discorrem sobre o papel deste tipo de agentes políticos e como eles conseguiram, em certa medida, alcançar um número de pessoas que concordaram com suas pautas a ponto de manifestarem-se até mesmo fora do mundo virtual (COUTO; TEIXEIRA. 2022, p. 172-173):

A presença de sujeitos na rede faz com que o ciberespaço seja um aliado importante na constituição de práticas de resistência voltadas para o questionamento da (necro)política. Percebemos, então, como o fenômeno ciberativista emerge com as dinâmicas comunicacionais *online*, com a internet inaugurando uma nova era para os movimentos sociais, permitindo que pessoas de todo mundo convoquem, divulguem e acompanhem em tempo real o que está acontecendo nas ruas (QUEIROZ, 2017). Com isso, não podemos “ignorar a força dos movimentos espontâneos em rede, cujos efeitos antes não eram possíveis em uma sociedade de massa. As próprias práticas do ciberativismo comprovam a força dos meios digitais para a articulação, mobilização e ações políticas” (PRIMO, 2013, p. 17).

A participação política neste contexto pandêmico obteve uma nova moldura que não se limitou as eleições, agora as pessoas ao acessar as suas redes sociais como o Facebook, Instagram, Tik Tok e Twitter, por exemplo, se depararam com as decisões políticas relacionadas ao combate da COVID-19 sendo propagadas de diversas formas e por tipos de pessoas diferentes, mas obviamente pelos próprios ciberativistas. Sendo assim pode-se dizer que puderam ter novas perspectivas sobre o que estava acontecendo a tal ponto de também expressarem suas próprias opiniões.

Na internet existem meios diferenciados de noticiar um acontecimento e torná-lo conhecido por pessoas que são ou não do seu grupo de interesses. Pode ocorrer pelo uso das hashtags que é uma forma de utilizar palavras específicas a partir do símbolo chamado cerquilha (#) e quando qualquer uma destas palavras aparecerem no campo de busca das redes sociais serão relacionadas ao assunto publicado na sua página, inúmeros setores privados e públicos, além das pessoas que querem que as suas informações sejam acessadas usam esse artifício para difundir as suas publicações e aparecer para mais pessoas no meio virtual.

Além disso existem os memes que são imagens com frases, geralmente com teor cômico ou irônico, no Brasil é um excelente recurso para tornar determinado assunto viral, ou seja, conhecido e compartilhado o maior número de vezes possíveis.

Os memes durante a pandemia foram utilizados por grupos a favor e contra o governo e por meio deles as falas do então Presidente da República e dos seus ministros tornaram-se conhecidas e criticadas, segue abaixo alguns exemplos contrários as decisões do ex-Presidente (Figura1):

**Figura 1** – Crítica às prioridades do Presidente Bolsonaro durante a pandemia



Fonte: Captura de tela realizada no website Poder 360 em junho de 2023.

No artigo de Couto e Teixeira (2022, p. 165) eles citam um trecho da CPI da COVID-19 que condena a demora da tomada de decisão sobre a aplicação e compra das vacinas no Brasil, como a figura 1 exemplifica:

A inflexão do Presidente da República celebrando vacinas contra a COVID-19 vem com um atraso fatal e doloroso. O Brasil esperava esse tom em 24 de março de 2020, quando inaugurou-se o negacionismo minimizando a doença, qualificando-a de 'gripezinha'. Um atraso de 432 dias e a morte de quase 470 mil brasileiros, desumano e indefensável. A fala deveria ser materializada na aceitação das vacinas do Butantan e da Pfizer no meio do ano passado, quando o governo deixou de comprar 130 milhões de doses, suficientes para metade da população brasileira. Optou-se por desqualificar vacinas, sabotar a ciência, estimular aglomerações, conspirar contra o isolamento e prescrever medicamentos ineficazes para a COVID-19. A reação é consequência do trabalho desta CPI e da pressão da sociedade brasileira que ocupou as ruas contra o obscurantismo. Embora sinalize com recuo no negacionismo, esse reposicionamento vem tarde demais. A CPI volta a lamentar a perda de tantas vidas e dores que poderiam ter sido evitadas.

Este tipo de atitude contribuiu para que as ações contrárias ao governo fossem cada vez mais disseminadas tanto nas Instituições políticas, como no caso deste capítulo, nas redes sociais em especial utilizada também pelos ciberativistas (Figura2).

**Figura 2** – Bolsonaro minimiza a gravidade da COVID-19



**Fonte:** Captura de tela realizada do Blog Gerson Nogueira em junho de 2023

Quanto a figura 2 pode-se observar mais uma vez uma imagem que resume uma das falas do ex-Presidente Jair Messias Bolsonaro, como o portal G1 menciona em sua publicação de 2020: O presidente Jair Bolsonaro disse nesta terça-feira (10), durante um discurso em um evento em Miami, nos Estados Unidos, que a "questão do coronavírus" não é "isso tudo" e se trata muito mais de uma "fantasia" propagada pela mídia no mundo todo.

Todos esses meios foram utilizados e convertidos em manifestações políticas para além das redes sociais, mesmo durante a pandemia. As pessoas a favor do governo organizaram-se em passeatas pró-Bolsonaro, por exemplo, mesmo com orientações sobre manter distanciamento e isolamento social. Enquanto os mais desfavoráveis utilizaram a internet como forma de pressão e articulação contra as decisões do governo. Neste contexto os ciberativistas se enquadram pois de acordo com Couto e Teixeira (2022, p.167) eles são:

Como “um conjunto de práticas em defesa de causas políticas, socioambientais, sociotecnológicas e culturais, realizadas nas redes” (SILVEIRA, 2010, p. 31). Em outras palavras, o ciberativismo se traduz na participação política de internautas que apresentam interesses comuns, orquestrando suas atividades de luta através da mediação do digital em rede (COUTO JUNIOR; OSWALD, 2017)

Essas ações foram capazes de nortear a opinião política dos cidadãos brasileiros de tal modo que foi possível observar um distanciamento considerável entre os eleitores favoráveis e desfavoráveis ao governo.

### **3.3 COVID-19 e as consequências na identidade política**

As eleições presidenciais de 2018 tornaram evidente uma mudança na identidade política do brasileiro que desde as manifestações de 2013 estava de certa forma silenciada, mas em algum grau continuou sendo lapidada e fomentada no país. Tanto as eleições como a pandemia destacaram esse novo comportamento político, grupos polarizados e distantes entre si tomaram dimensões expressivas, como menciona Bertholini, Medeiros e Pereira (2020, p. 954):

Kingstone e Power (2017) argumentam a existência de um forte aumento da polarização política no Brasil desde de 2013, deflagrada com as grandes mobilizações de massa que varreram o país naquele ano. Para Hunter e Power (2019), esse aumento de polarização ficou visível tanto na grande massa quanto na elite política e econômica, tomando conta do país durante as eleições de 2018. Naquela ocasião, o número de eleitores que votaram num candidato de um dos polos se aproximou daquele relativo aos que expressaram forte antipatia pelo candidato oponente. Um dos polos foi ocupado pelo petismo, representando a política tradicional desgastada pelos sucessivos escândalos de corrupção. O outro polo era o do bolsonarismo, que a partir do antipetismo (BELLO, 2019; SAMUELS & ZUCCO, 2018), alimentou as expectativas de outro grupo social prometendo uma “nova política” baseada no *antiestablishment*. Esse jogo de grupos polarizados estava em relativo “equilíbrio” até a pandemia do novo coronavírus, com cada grupo se nutrindo da oposição radicalizada de identidades e preferências políticas. Tais grupos não dialogavam entre si e tendiam a consumir informações que só reforçassem suas crenças anteriores. Ao mesmo tempo, rejeitavam qualquer informação que contrariasse os valores prévios, portanto não faziam atualizações que pudessem colocar em risco suas respectivas “zonas de conforto”

As decisões do então Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, foram alvo de duras críticas principalmente nas redes sociais, local de discussão no qual foi

possível observar o quão dividido os brasileiros começaram a ficar entre si. A exemplo disto destaca-se o trecho do livro de Junior e Penteado (2019, p.114):

Essa integração do jornalismo tradicional com novos atores informacionais gera um complexo ecossistema de informação política, no qual a velha lógica do jornalismo tradicional convive com a lógica da comunicação em redes distribuídas, revelando novas relações de poder (CHADWICK, 2014). A proliferação de polos emissores de informação política, ao mesmo tempo que amplia as informações, também criou espaço para a polarização e radicalização política (Santos Jr, 2014).”

Mas após a sua candidatura surgiu o vírus da COVID-19 e todo desenho político que até então estava “estável” sofreu uma ruptura e o governo deparou-se com uma realidade que estava completamente fora dos planos. As medidas de prevenção da doença interferiram na vida privada dos brasileiros a exemplo da rotina de trabalho diferenciada, as escolas despreparadas, mas aplicando as aulas de modo online, além dos arranjos familiares que sofreram tensões por conta do isolamento social e do surgimento dos debates nos grupos virtuais das famílias. A situação trouxe mudanças até mesmo no calendário das eleições, como no caso da possibilidade de adiamento das votações municipais no Brasil no ano de 2020.

Apesar de todo desconforto a população já estava munida com as ferramentas virtuais para adquirir e repassar informações, também estava mais polarizada politicamente e quanto mais o tempo passava mais as pessoas foram assumindo suas novas posições políticas, isolados das nossas atividades mais corriqueiras na tentativa de reduzir os impactos do vírus que trouxeram mortes, internações graves e sequelas físicas para aquelas pessoas infectadas.

O trabalho dos pesquisadores Bertholini, Medeiros e Pereira (2020, p. 954), tenta demonstrar o quanto o medo da morte foi capaz de alterar as opiniões políticas dos brasileiros e até mesmo afetar essa polarização que foi cultivada após as manifestações de 2013. Mais uma vez pode-se identificar na publicação dos autores o custo e o benefício sendo ponderado pelos cidadãos para determinar a sua posição e participação política (BERTHOLINI et al., 2020, p. 955):

Argumentamos que, em situações-limite – por exemplo, quando a vida de pessoas e seus entes queridos está em risco –, os valores ideológicos e identitários podem deixar de ser a chave principal com base na qual as pessoas fazem suas escolhas. Ou seja, identidades ou ideologias se tornam maleáveis e, portanto, suscetíveis a ajustes e mudanças. Essas situações-

limite podem criar problemas para quem pertence a determinado grupo, pois algumas vezes elas podem precisar escolher entre sua ideologia, que constitui sua identidade e as mantém ligadas ao grupo, e os riscos decorrentes dessa escolha na própria vida.

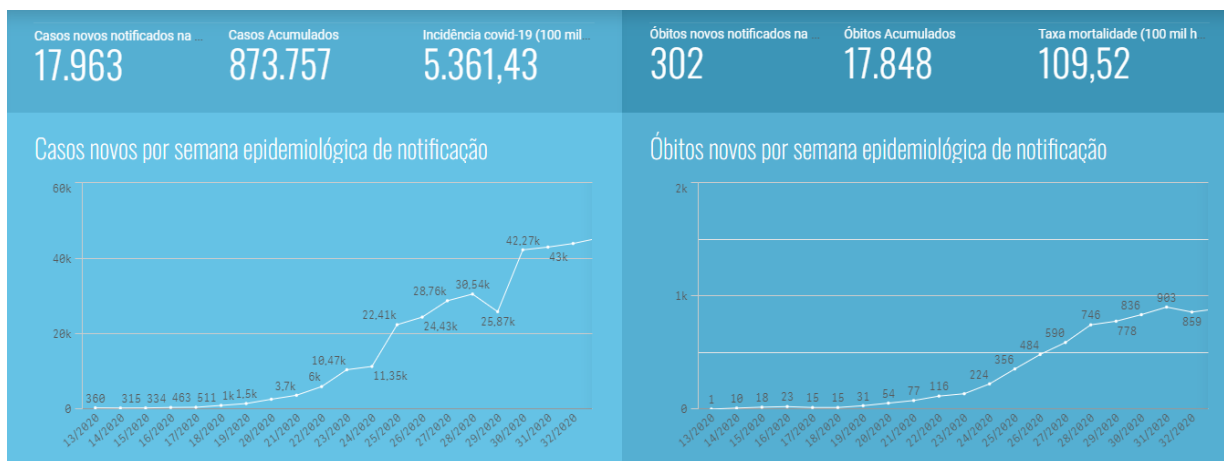
Esse novo dado sobre o efeito das decisões políticas na vida privada dos cidadãos, de forma direta, trouxe um aspecto mais profundo e sensível para a participação política e para a definição de preferências, pois neste momento não bastava apenas averiguar se esta participação traria prejuízo de tempo e deslocamento físico, mas passa a tratar-se diretamente sobre a manutenção da própria vida e daqueles que permeiam o mesmo meio social destas pessoas.

Como anteriormente dito a pandemia tornou evidente posicionamentos do governo que receberam críticas ferrenhas durante todo o período pandêmico. Posições políticas que desagradaram uma parcela significativa da população, posições estas que estavam ligadas diretamente com as medidas de segurança contra a COVID-19. A exemplo disto é o que apresenta a pesquisa de Bertholini, Medeiros e Pereira (2020, p. 959):

Os resultados indicam que a forma diametralmente oposta com que Bolsonaro – minimização da gravidade da doença e destaque aos impactos econômicos negativos que a política de isolamento potencialmente traz – e os governadores – priorização das políticas de isolamento social para diminuir a velocidade de contágio – reagiram à pandemia reconfigurou a polarização política anterior. Um contingente considerável de indivíduos que estariam dando suporte ao presidente migrou em direção ao polo oposto, quebrando o padrão bimodal, característico de cenários polarizados (BELLO, 2019). Isso não significa, necessariamente, que as pessoas tenham mudado por completo as lentes através das quais enxergam o mundo ou sua ideologia/identidade política. Contudo, mostra que a pandemia pode ter sido capaz de reposicionar o eixo principal da polarização entre os que se identificam como de direita e centro-direita para além do antagonismo direto com a esquerda.

De acordo com o website do Ministério da Saúde, COVID-19 no Brasil, no ano de 2020, na região centro-oeste foi possível registrar números consideráveis de óbitos por semana, conforme o quadro abaixo apresenta:

## Quadro 01 – Óbitos pela COVID-19



Fonte: Ministério da Saúde, captura de tela realizada em junho de 2023.

As alterações de posicionamento político da população brasileira trouxeram consequências significativas a partir do momento que as mortes causadas pela corona vírus foram crescendo:

É interessante observar o comportamento de eleitores de direita e centro-direita em relação ao isolamento social levando em consideração a proximidade a pessoas (amigos, parente etc.) que se contaminaram e desenvolveram a COVID-19 com graus variados de gravidade. Nossa pesquisa revelou que, à medida que os indivíduos de nossa amostra tomam conhecimento de vítimas fatais em seu convívio próximo, suas percepções começam a mudar. Eles ficam mais favoráveis ao isolamento e apresentam disposição a praticá-lo por mais tempo, passando a avaliar de forma pior o presidente e melhor os governadores. As conexões identitárias de grupo com o líder se tornam maleáveis e se fragilizam. É importante reconhecer, entretanto, que nossos estudos ocorreram enquanto a pandemia se desenvolvia, acarretando doença e morte em sua população. Por um lado, fomos capazes de capturar o sentimento de “medo da morte” e sua influência no comportamento político. Por outro, esse sentimento pode estar inflando a reação das pessoas, o que potencialmente seria uma limitação. (BERTHOLINI, MEDEIROS e PEREIRA. 2020, p. 961).

Apesar de parecer incoerente para alguns o medo da morte não foi o único fator-chave para determinar o apoio ou não às medidas de isolamento, mas manter o poder econômico foi considerado como algo crucial para que as pessoas aderissem e difundissem a ideia de que parar os serviços de forma presencial causaria um prejuízo tão sério quanto adoecer.

A pesquisa publicada sob o título Orientação política e apoio ao isolamento social durante a pandemia da COVID-19: evidências no Brasil (2020), buscou averiguar se o poder econômico e as preferências políticas eram fatores capazes de

tornar o comportamento do cidadão mais flexível às medidas de isolamento social. Inicialmente o estudo possuía uma hipótese referente a posição política direita e esquerda (RAMOS; VIEITES; JACOB; ANDRADE, 2020, p. 698-699):

É a de que as pessoas que se reconhecem à direita no espectro político sejam sistematicamente menos favoráveis às práticas e políticas de isolamento social do que indivíduos considerados 'de esquerda'. Além disso, a associação entre orientação política e atitude em relação a políticas de isolamento social deve ser, pelo menos em parte, explicada pelas diferenças na sensibilidade dos cidadãos às ameaças ao sistema econômico.

À medida que a pesquisa em questão se desenvolveu novos parâmetros para essa adesão ou não a essa medida preventiva específica tomou novas dimensões (RAMOS; VIEITES; JACOB; ANDRADE, 2020, p. 706):

No entanto, com base no argumento de que medidas rigorosas e antecipadas de isolamento social podem ser tão ou mais prejudiciais para a sociedade do que políticas de isolamento mais flexíveis – ou mesmo nenhuma política (SNOOKS, 2020), muitos cidadãos relutaram em aderir e/ou apoiar o isolamento social, apesar de um amplo consenso médico. Embora essa resistência possa estar fundamentada nos significativos custos econômicos pessoais advindos de tal política, é também possível que a falta de apoio ao isolamento social reflita princípios normativos e sistemas de crenças mais abstratos, cujo núcleo é a orientação política (JOST et al., 2009).

Ou seja, inúmeros fatores foram capazes de abarcar as decisões das pessoas em apoiar ou não as tomadas de decisão dos chefes de estado. Como mencionado acima, valores abstratos relacionados a orientação política foram considerados para que o apoio não ocorresse, um dado relevante, uma vez que a instabilidade econômica de forma isolada não explicaria esse posicionamento, segundo a pesquisa.

Sendo assim é possível compreender a complexidade do comportamento político e como é influenciado diretamente pelos mais diversos motivos, neste caso as nossas crenças e objetivos mudaram conforme a ampliação e o acesso as informações ocorreram, pode-se dizer que de forma veloz. Para além disso a dinâmica de sobrevivência trazida com o contexto da pandemia da COVID-19 também resultou em profundas rupturas políticas no Brasil, confirmando que a participação política é movida por toda a dinâmica da vida seja individual ou em grupo.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho abordou como tema central a participação política do cidadão comum, a sua importância, quais as formas possíveis para que ela ocorra, as motivações e empecilhos encontrados no percurso do desenvolvimento da sociedade que tornou viável as pessoas se interessarem pelos assuntos políticos. O exemplo principal utilizado neste estudo foi o episódio da COVID-19 no Brasil e os anos considerados pandêmicos pelos órgãos competentes, afim de apresentar com clareza como o brasileiro teve a sua vida afetada e o que o mobilizou para ser mais ativo politicamente.

Durante o estudo foi possível identificar alguns impactos que a pandemia da COVID-19 gerou no processo de participação política do brasileiro, porém foi elencado com mais ênfase apenas dois deles, como por exemplo: o uso demorado da internet como fonte de informação política e o medo da morte como válvula propulsora para cooperar ou não com as orientações repassadas pelos governos federal e estadual para cumprimento dos protocolos de prevenção e controle da doença.

Em relação ao aspecto da circulação de informação a internet foi utilizada de diversas maneiras pelos agentes políticos como meio para impulsionar os seus objetivos e ideais, mobilizar o maior número de pessoas através de informações virais sejam elas escritas ou em formatos de memes. Essa nova modalidade de engajamento gerou uma polarização política cada vez mais visível, o virtual e a vida real se misturaram e novas formas de manifestar e dar opiniões políticas foram agregadas por mais pessoas que até então eram consideradas apenas como caronas.

Um obstáculo e ao mesmo tempo, considerado por alguns estudiosos, manobra política, foram as chamadas fake news. Elas foram entraves graves para a garantia de uma boa disseminação de informações seguras sobre como os brasileiros precisavam lidar com a pandemia, até mesmo os jornais já conhecidos tiveram sua credibilidade questionada porque não foi mais possível identificar com facilidade o que era real ou não nas informações repassadas pelos meios de comunicação. Sendo assim, pessoas comuns começaram a fazer o “trabalho” de compartilhar o máximo possível de informações, dados e opiniões sobre o que acreditavam ser o correto e seguro a ser feito tanto em relação a manutenção da saúde como em que medida às decisões políticas afetavam a si próprio e a sociedade como um todo.

Conforme a pandemia se alastrava inúmeras mortes e situações extremas ocorriam nos hospitais brasileiros, as pessoas se depararam com um denominador comum: o medo eminente da morte. No percurso deste estudo sobre participação política verificou-se como este fator gerou instabilidade emocional, mas também tornou o brasileiro mais atento ao que o governo decidia, por isso neste período pode-se dizer que uma nova consciência política atingiu os mais diversos grupos de pessoas, e não somente isso, formou-se uma divisão política mais clara e mais mobilizada tanto a nível virtual como na vida prática, exemplo disto foram as manifestações de rua pró-Bolsonaro em meio a pandemia da COVID-19.

Os impactos da pandemia na participação política do brasileiro foram inúmeros, não somente os pontuados neste trabalho, além disso foi a primeira vez que um governo foi eleito com tantas pautas divergentes daquelas que o Brasil estava “acostumado”, pautas intituladas por muitos como de extrema direita. Foi um momento de crise sanitária e política, portanto encontrar informações e dados precisos sobre o que os anos de pandemia no Brasil influenciaram na participação política foi uma tarefa difícil. Os fatores para a mudança no comportamento político do brasileiro foram incontáveis nestes anos de pandemia e governo bolsonarista.

Portanto, para o campo da pesquisa em ciência política este trabalho teve a tentativa de desenvolver didaticamente um percurso sobre a participação política do cidadão de modo geral até chegar nas consequências da pandemia do coronavírus, de modo que qualquer leitor possa compreender o assunto e até mesmo os próprios comportamentos.

Contudo, é importante que novas pesquisas continuem sendo realizadas para poder analisar e estudar os motivos que levaram as pessoas a voltar a participar da política de uma forma tão assídua ao ponto de que quando as eleições de 2022 foram finalizados os quartéis do Brasil todo foram ocupados por manifestantes contrários aos resultados eleitorais e permaneceram até o episódio fatídico do dia 08/01/2023 na praça dos Três Poderes, em Brasília.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTHOLINI, Frederico; MEDEIROS, Amanda; PEREIRA, Carlos. **O medo da morte flexibiliza perdas e aproxima polos: consequências políticas da pandemia da COVID-19 no Brasil**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, p. 952-968, 2020.

BORBA, Julian. **Participação política: uma revisão dos modelos de classificação**. Revista Sociedade e Estado, v. 27, n. 2, p. 263 – 288, 2012.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Uma plataforma inovadora de transparência e participação popular**. Disponível em: <http://www.edemocracia.leg.br/>. Acesso em: 18 de junho de 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 18 de junho de 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **COVID-19 NO BRASIL**. 2023. Disponível em: [https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19\\_html/covid-19\\_html.html](https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html). Acesso em: 13 de junho de 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **O que é a Covid-19?** Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em: 24 de junho de 2023.

GALHARDI, Cláudia Pereira *et al.* **Fato ou Fake? Uma análise da desinformação frente à pandemia da Covid-19 no Brasil**. Ciência & Saúde Coletiva, 25(Supl.2), [s. l], p. 4201-4210, 15 ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2020.v25suppl2/4201-4210/pt>. Acesso em 18 de junho de 2023.

GORCZEVSKI Clovis; MARTIN, Nuria Belloso. **Cidadania, democracia e participação política: os desafios do século XXI**. 1. ed. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2018. p 1-185.

HIRSCHMAN, Albert O. **De consumidor a cidadão: atividades privadas e participação na vida pública**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 84-129, 1993.

JUNIOR, Brauner Geraldo Cruz; PENTEADO, Claudio Luis de Camargo. **Ação política na internet na era das redes sociais**. Revista Ponto e vírgula, n. 26, p. 109-122, 2019.

NOGUEIRA, Blog Gerson. **Pandemia de Memes**. 2020. Disponível em: <https://blogdogersonnogueira.com/2020/03/17/pandemia-de-memes/>. Acesso em: 24 de junho de 2023.

PENTEADO, Cláudio Luis de Camargo; SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel dos; ARAÚJO, Rafael Aguiar de Paula; SILVA, Sidney Jard da. **Ação política na internet brasileira**. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 16, n. 1, p. 111-132, 2011.

PORTAL G1 (Brasília) (ed.). **Bolsonaro diz que 'pequena crise' do coronavírus é 'mais fantasia' e não 'isso tudo' que mídia propaga**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/10/bolsonaro-diz-que-questao-do-coronavirus-e-muito-mais-fantasia.ghtml>. Acesso em: 24 de junho de 2023.

QUEIROZ, Vitória. **2 anos de covid: Relembre 30 frases de Bolsonaro sobre pandemia**. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/2-anos-de-covid-relembre-30-frases-de-bolsonaro-sobre-pandemia/>. Acesso em: 24 jun. 2023.

RAMOS, Guilherme; VIEITES, Yan; JACOB, Jorge; ANDRADE, Eduardo B.. **Orientação política e apoio ao isolamento social durante a pandemia da COVID-19: evidências do Brasil**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 4, p. 697-713, 2020.

SAÚDE, **Organização Pan-Americana da. Histórico da Pandemia**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19#:~:text=Em%2011%20de%20mar%C3%A7o%20de,pela%20OMS%20como%20uma%20pandemia>. Acesso em: 13 de junho de 2023.

TEIXEIRA, Marcelle Medeiros; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro. **Práticas ciberativistas na pandemia: quando a rede mobiliza atos de resistência à necropolítica** Artes de Educar, Rio de Janeiro, v. 8, p. 163-181, nov. 2022.

360, Poder (ed.). **Covid-19: Internautas criticam realização da Copa América no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/covid-19-internautas-criticam-realizacao-da-copa-america-no-brasil/>. Acesso em: 24 de junho de 2023.